

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Editais 04/2025: CGDEN/DIGAP	
Título e Código do Projeto	UNESCO 914BRZ1115 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano de Ações Articuladas - PAR
Local(s) de Trabalho	<i>Brasília/DF</i>
Período do contrato:	<i>09 meses¹</i>
Número de vagas:	3 (três)
Enquadramento no Prodoc	Atividade: 1.1.4. Realizar estudo que subsidiem a DIGAP no redesenho de normas e práticas, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas, quanto à execução dos instrumentos pactuados no âmbito do PAR, atendendo às exigências e regras dos órgãos de controle.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em colaboração com o Ministério da Educação (MEC), tem se empenhado em alinhar suas ações institucionais, programáticas e administrativas de maneira estratégica. O objetivo é criar condições favoráveis para a gestão eficaz das políticas educacionais do ministério. Este alinhamento está inserido no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE), conforme a Lei nº 13.005/2014, cujas diretrizes influenciam diretamente as atividades da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP).

Para aprimorar a execução das políticas educacionais, a cooperação técnica busca gerar resultados concretos e mensuráveis no projeto específico através da contratação de consultores individuais. Estes profissionais auxiliarão na adaptação da DIGAP às exigências legais e na mitigação de riscos jurídicos, assegurando a regularidade e a transparência na administração dos recursos públicos e no cumprimento das metas do Plano de Ações Articuladas. Além disso, a contratação de consultores com expertise em análise jurídica é essencial para garantir a adequada revisão e avaliação das normas, fluxos e processos administrativos relacionados à infraestrutura educacional e ao financiamento das políticas públicas educacionais, no âmbito de programas estratégicos do FNDE, como o Plano de Ações Articuladas (PAR), o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica.

Esses programas demandam uma análise jurídica aprofundada para assegurar conformidade com o ordenamento legal, eficiência nos processos e impacto positivo no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Além disso, a crescente complexidade dos fluxos procedimentais e o dinamismo das alterações normativas exigem a contribuição de profissionais especializados para aprimorar os mecanismos de execução, monitoramento e avaliação, otimizando a aplicação dos recursos públicos e contribuindo para a melhoria da infraestrutura educacional no Brasil.

Por fim, a consultoria especializada terá um papel fundamental ao elaborar estudos e propostas que subsidiem decisões estratégicas, possibilitando a identificação de gargalos, o alinhamento às melhores práticas de governança e o cumprimento das metas institucionais.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.1: Normas e recomendações aplicadas a assistência técnica e financeira da DIGAP no âmbito do

¹ O prazo máximo para encerrar o contrato será até 30/12/2025.

PAR referentes às ações de infraestrutura educacional e recursos pedagógicos revisadas.

Atividade: 1.1.4. Realizar estudo que subsidiem a DIGAP no redesenho de normas e práticas, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas, quanto à execução dos instrumentos pactuados no âmbito do PAR, atendendo às exigências e regras dos órgãos de controle.

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO CONSULTOR

Consultor 1

Atividade 1: Realizar estudo avaliativo, com base nos normativos correlatos, acerca do processo de repactuação de obras educacionais inacabadas, no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica, com intuito de verificar a adequação dos fluxos procedimentais sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST, para assegurar a celeridade quanto à efetiva retomada das edificações escolares.

Atividade 2: Mapear dados e realizar análise sobre as solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Norte, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023.

Atividade 3: Levantar dados e promover análise acerca das solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Nordeste, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023.

Atividade 4: Mapear dados e efetuar análise referente às solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Sul e Centro-Oeste, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023.

Atividade 5: Realizar levantamento de dados e análise relativa às solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Sudeste, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023.

Atividade 6: Elaborar estudo avaliativo acerca dos resultados obtidos em razão do processo de retomada de obras inacabadas, instituído por meio do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica, incluindo análise de possíveis reflexos no cumprimento de metas relacionadas à educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE, considerando as regiões geográficas do país.

Consultor 2

Atividade 1: Realizar estudo acerca das transferências discricionárias efetuadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas ao ensino infantil, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE.

Atividade 2: Promover avaliação quanto às transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas ao ensino fundamental, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE.

Atividade 3: Efetuar análise acerca das transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas ao ensino médio, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE.

Atividade 4: Elaborar estudo referente às transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas à educação escolar indígena e quilombola, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE.

Atividade 5: Analisar os processos de trabalho referentes à implementação da assistência técnica e financeira

prestada por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, com vistas ao aprimoramento das atividades pertinentes à execução de iniciativas de infraestrutura física escolar, sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST.

Atividade 6: Propor, a partir da análise dos processos de trabalho existentes, a edição/revisão de normativos aplicáveis à assistência técnica e financeira prestada pelo FNDE no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR, voltada à expansão da infraestrutura física da rede escolar, com intuito de proporcionar melhor desempenho da missão do FNDE no alcance de metas e estratégias do Plano Nacional de Educação - PNE.

Consultor 3

Atividade 1: Realizar o levantamento detalhado dos valores investidos e pagos no primeiro semestre de 2023 e 2024 pelos Estados, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) e do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), por meio dos sistemas gerenciais do governo federal.

Atividade 2: Analisar e comparar os valores pagos e investidos entre o primeiro semestre de 2023 e o mesmo período de 2024.

Atividade 3: Identificar e explicar as variações nos repasses e na execução financeira entre os dois exercícios, considerando fatores contextuais, econômicos e operacionais.

Atividade 4: Pesquisar e identificar alterações legais e normativas ocorridas entre 2023 e 2024 que possam ter impactado os repasses financeiros e a execução dos programas PAR e PAC nos Estados envolvidos.

Atividade 5: Avaliar como essas mudanças influenciaram as variações nos investimentos e nos pagamentos realizados.

Atividade 6: Sugerir possíveis ajustes normativos ou administrativos que possam melhorar a eficiência dos repasses e a execução dos programas nos Estados analisados.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Em todos os produtos o consultor deverá compartilhar, junto com cada documento técnico, as bases de dados produzidas para a sua elaboração.

Consultor 1 (CGEST)

Produto	Data de entrega
Documento técnico “A” contendo estudo acerca do arcabouço legal atinente ao processo de repactuação de obras educacionais inacabadas, no escopo do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica, com intuito de verificar a adequação dos fluxos procedimentais sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST, para assegurar a celeridade quanto à efetiva retomada das edificações escolares.	35 dias
Documento técnico “B” contendo levantamento de dados e análise acerca das solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Norte, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023, para fins de avaliação do alcance da respectiva política pública.	105 dias
Documento técnico “C” contendo mapeamento de dados e análise sobre as solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Nordeste, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023, para fins de avaliação do alcance da respectiva política pública.	165 dias

Produto	Data de entrega
Documento técnico “D” contendo levantamento de dados e análise relativa às solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Sul e Centro-Oeste, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023, para fins de avaliação do alcance da respectiva política pública.	220 dias
Documento técnico “E” contendo mapeamento de dados e análise referente às solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Sudeste, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023, para fins de avaliação do alcance da respectiva política pública.	270 dias
Valor total do contrato por consultor	

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor 2 (CGEST)

Produto	Data de entrega
Documento técnico “A” contendo análise atinente às transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas ao ensino infantil, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE.	35 dias
Documento técnico “B” contendo estudo avaliativo acerca das transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas ao ensino fundamental, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE.	105 dias
Documento técnico “C” contendo avaliação pertinente às transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas ao ensino médio, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE.	165 dias
Documento técnico “D” contendo estudo analítico sobre as transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas à educação escolar indígena e quilombola, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE.	220 dias
Documento técnico “E” contendo análise dos processos de trabalho referentes à implementação da assistência técnica e financeira prestada por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, com vistas ao aprimoramento das atividades pertinentes à execução de iniciativas de infraestrutura física escolar, sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST.	270 dias

Produto	Data de entrega
Valor total do contrato por consultor	

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor 3

Produto	Data de entrega
Documento técnico “A” contendo levantamento dos valores investidos e pagos referente ao segundo trimestre do exercício corrente, dos Estados de Rio Grande do Norte (RN) e Pernambuco (PE), por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2023, identificando eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados.	35 dias
Documento técnico “B” contendo levantamento dos valores investidos e pagos referente ao terceiro trimestre do exercício corrente, dos Estados de Paraíba (PB), Paraná (PR) e Bahia (BA), por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2023, identificando eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados.	105 dias
Documento técnico “C” contendo levantamento dos valores investidos e pagos referente ao quarto semestre do exercício corrente, dos Estados de Mato Grosso (MT), Santa Catarina (SC) e Mato Grosso do Sul (MS), por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2023, identificando eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados.	165 dias
Documento técnico “D” contendo levantamento dos valores investidos e pagos referentes ao segundo trimestre do exercício corrente, dos Estados de Goiás (GO), Minas Gerais (MG) e São Paulo (SP) por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2024, identificando eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados.	220 dias
Documento técnico “E” contendo levantamento dos valores investidos e pagos referentes ao terceiro trimestre do exercício corrente, dos Estados de Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS) e Espírito Santo (ES), por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2024, identificando eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados.	270 dias
Valor total do contrato por consultor	

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - PROCESSO SELETIVO

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada, preferencialmente, por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

6.1 Análise curricular:

- Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital.
- Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital.
- Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados. Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas;
- A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.

6.2 Entrevista:

- Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação da etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- A habilitação para o candidato seguir para a etapa de **entrevista** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;
- As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo cadastrado na plataforma Roster;
- A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

6.3 Análise documental/convocação:

- Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;

- b) A habilitação para fins de **contratação** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail prododdigap@fnde.gov.br;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado

6.4 Critérios de desempate

Em caso de empate na pontuação final, terá preferência o candidato que obtiver a maior pontuação no item 3 da entrevista: "Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR". Persistindo o empate, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que:

- a) Tiver obtido a maior pontuação na experiência profissional em atividades de elaboração e revisão de documentos jurídicos e/ou pareceres e/ou minutas de normativos ou regulamentos;
- b) Tiver obtido a maior pontuação na experiência profissional em atividades relacionadas ao acompanhamento de políticas públicas educacionais; e
- c) Tiver obtido a maior pontuação na experiência profissional em atividades relacionadas a usabilidade de sistemas gerenciais do governo federal.

7 - REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

A qualificação desejável está especificada e seguirá os critérios apresentados na tabela com critérios de avaliação.

A experiência profissional poderá ser comprovada por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.

a. Formação acadêmica

a.1 Requisito obrigatório: diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério

da Educação – MEC.

a.2 Requisito obrigatório: Certificado de especialização em algum dos seguintes cursos: direito público ou administrativo ou gestão pública ou administrativa, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

b. Experiência profissional

b.1 Requisito obrigatório: Experiência profissional mínima de 04 (quatro) anos em atividades relacionadas a área de formação, no âmbito público ou privado, comprovadas por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado;

b.2 Requisito obrigatório: Experiência profissional mínima de 04 (quatro) anos em elaboração e revisão de documentos jurídicos e/ou pareceres e/ou minutas de normativos ou regulamentos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

c. Desejável:

c.1 Experiência profissional de 03 (três) anos em usabilidade de sistemas gerenciais do governo federal, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

c.2 Experiência profissional de 03 (três) anos no acompanhamento de políticas públicas educacionais, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação acadêmica	Requisito obrigatório: diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC. Requisito obrigatório: Certificado de especialização em algum dos seguintes cursos: direito público ou administrativo ou gestão pública ou administrativa, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.	[100%] 10 pontos: Pós-graduação Mestrado e/ou Doutorado; [85%] 8,5 pontos: Especialização em direito público ou administrativo ou gestão pública ou administrativa.	10
	Experiência profissional	Obrigatória: Experiência profissional mínima de 04 (quatro) anos em atividades relacionadas a área de formação, no âmbito público ou privado, comprovadas por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado;	[100%] 20 pontos: 6 anos ou mais de experiência; [85%] 17 pontos: 5 anos de experiência; [70%] 14 pontos: 4 anos de experiência.	20
		Obrigatória: Experiência profissional mínima de 04 (quatro) anos em elaboração e revisão de documentos jurídicos e/ou pareceres e/ou minutas de normativos ou regulamentos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.	100%] 20 pontos: 6 anos ou mais de experiência; [85%] 17 pontos: 5 anos de experiência; [70%] 14 pontos: 4 anos de experiência.	20
		Desejável: Experiência profissional de 03 (três) anos em usabilidade de sistemas gerenciais do governo federal, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.	[100%] 15 pontos: 5 anos ou mais de experiência; [85%] 12,75 pontos: 4 anos de experiência; [70%] 10,5 pontos: 3 anos de experiência.	15

		Desejável: Experiência profissional de 03 (três) anos no acompanhamento de políticas públicas educacionais, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.	100%] 15 pontos: 5 anos ou mais de experiência; [85%] 12,75 pontos: 4 anos de experiência; [70%] 10,5 pontos: 3 anos de experiência.	15
3	Entrevista	Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito; [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito; [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10
PONTUAÇÃO TOTAL				100

9 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail prododigap@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem

submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

11 – LOCAL DE TRABALHO: Brasília, DF.

Brasília/DF, fevereiro de 2025.